

## **A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL MANAUS**

### **The construction of urban space in Manaus: an analysis of the health conditions of the Residential Park Residential Manaus**

Sabrina Moraes Ferreira  
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –  
PPGSS/UFAM Universidade Federal do Amazonas  
[sabrina.antonelly@hotmail.com](mailto:sabrina.antonelly@hotmail.com)

**RESUMO:** Os processos de urbanização espelham, além de formas construídas e espaços produzidos, atores que vão configurando objetivamente a cidade. Manaus, com cerca de 2mil habitantes enfrenta sérios problemas urbanos típicos das grandes cidades capitalistas, marcadas por um processo de crescimento urbano rápido e desordenado. Historicamente, a falta de alternativas habitacionais resultou na criação de assentamentos informais às margens dos igarapés, oferecendo riscos aos moradores dessas áreas. Neste contexto surge o PROSAMIM, idealizado para resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais da cidade. Com foco neste programa foram entrevistados quinze (15) moradores do Parque Residencial Manaus, lócus da pesquisa (pesquisa qualitativa) nos anos de 2014 e 2015. Como resultado, conheceu-se as condições de saúde dos moradores, antes e depois da mudança e suas avaliações sobre o programa. Conclui-se que a condição de saúde dos moradores melhorou com o novo ambiente de moradia, bem como houve a diminuição no índice de doenças, e que os mesmos, estão satisfeitos com a atual moradia, apesar dos problemas existentes.

**Palavras-chave:** Urbanização; Prosamim; Saúde.

**ABSTRACT:** In addition to built the forms and spaces produced, the urbanization processes reflect actors that objectively configure the city. Manaus, with about 2 thousand inhabitants, faces serious urban problems typical of large capitalist cities. These cities are marked by a process of rapid and disorderly urban growth. Historically, the lack of housing alternatives has resulted in the creation of informal settlements along the banks of the streams, which risks the residents of these areas. In this context, PROSAMIM appears. It was designed to solve the social, urban and environmental problems of the city. Focusing on this program we interviewed fifteen (15) residents of the Manaus Residential Park. It was the locus of research (qualitative research) in the years 2014 and 2015. As a result, we identified the health conditions of the residents before and after the change and their evaluations of the program. We conclude that the health condition of the residents has improved with the new living environment. In addition, the diseases rate has declined, and residents are satisfied with the current housing, despite the existing problems.

**Keywords:** Urbanization; Prosamim; Cheers.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de urbanização, especialmente fundamentado, pressupõe a existência de diversos atores, com objetivos e compromissos diversos, que ao interagirem, vão

moldando determinadas práticas espaciais que na sociedade capitalista adquirem, na maioria das vezes, um conteúdo de classe definido. E no presente artigo o ator priorizado é o Estado, que com sua intervenção produz uma nova espacialidade. Essas intervenções que estão sendo denominadas como políticas de “revitalização”, “requalificação” e “reurbanização” vêm ocorrendo em outras capitais do Brasil, tendo os centros das cidades como foco de interesse (SOUZA, 2010; MARQUES E TORRES, 2004).

Concebe-se como primordial conhecer as propostas governamentais de ocupação e produção do espaço em Manaus, a partir de um grandioso programa – O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) que envolve um montante significativo de recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em suas três fases. Partindo do pressuposto de que oferecer melhores condições de vida não é apenas retirar as pessoas do local em que moravam e reassentá-las em outro ambiente, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar as condições de saúde dos moradores reassentados pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) I e II, no Parque Residencial Manaus.

No que tange à saúde pode-se afirmar que é inegável o enorme avanço neste setor no contexto brasileiro nas últimas décadas. Porém, ainda existe uma enorme desigualdade no acesso de tal política, pois o acesso à saúde está condicionado às condições de vida, habitação, nível de renda, dentre outros fatores. Para se ter uma boa saúde é necessária a promoção da equidade, a proteção e cobertura das políticas públicas a todos os cidadãos. Com estes princípios norteadores investigou-se as condições e formas de acesso à saúde dos moradores do Parque Residencial Manaus, para que fosse possível detectar os problemas existentes em relação ao acesso a tal política nas áreas de intervenção do PROSAMIM, uma vez que, a saúde é um direito fundamental do ser humano e o seu acesso deve ser garantido à todos, independente da classe social e do local de moradia, dentre outros fatores.

O presente artigo está estruturado em três momentos. O primeiro, versa sobre o processo histórico de urbanização da cidade de Manaus. Em seguida, busca-se caracterizar como se constitui institucionalmente o Prosamim na cidade. E por fim, serão abordadas as condições de saúde dos moradores do Parque Residencial Manaus, antes e depois da mudança para o parque.

## **MATERIAIS E METODOS**

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa que foi implementado no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, nos anos de 2014-2015 intitulados: “Acesso à saúde dos Moradores do Parque Residencial Manaus”. Acrescente-se, ainda, que este projeto integra um projeto “guarda-chuva” mais amplo que foi financiado pela FAPEAM, Edital Universal, denominado “A construção do espaço urbano em Manaus: O Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus”, que se integra nas linhas de pesquisas – políticas públicas - do Grupo GETRA/UFAM. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se de uma perspectiva crítica. E utilizou-se ainda, da articulação dos métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos, visto que as “diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente) permitem uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema”

(GOLDENBERG, 2001, p. 17), buscando as sucessivas aproximações para explicação do real.

No âmbito do método qualitativo, foi priorizada a técnica de entrevista semiestruturada onde foram entrevistados quinze (15) moradores do Parque Residencial Manaus, *locus* da pesquisa. A escolha dessa técnica baseia-se na concepção de que a entrevista é “uma conversação sistematizada que tem por objetivo obter, construir, recuperar e registrar as experiências e visões de mundo dos entrevistados. É uma situação na qual, por meio da linguagem, o entrevistado explica situações que fazem parte do seu cotidiano” (GOLDENBERG, 2001, p. 10). As entrevistas foram gravadas com a devida autorização e transcritas posteriormente para análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **O processo de urbanização de Manaus**

O processo de urbanização está estritamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e ocorre de forma simultânea ao processo de consecução das transformações que marcam a trajetória desse sistema, desde a sua fase industrial, até a atual fase do capitalismo financeiro. Santos (2008) explica que a urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial, mais recentemente, e paralelamente à modernização e se generaliza nos países periféricos, por isso, costuma-se associar a ideia de urbanização à industrialização.

O processo de industrialização ocasionou muitas transformações na sociedade e de acordo com Lefebvre (2008), a industrialização caracteriza a sociedade moderna, e para apresentar e expor a “problemática urbana”, ela torna-se o ponto de partida. Para ele o processo de urbanização não resulta exclusivamente do processo de industrialização, pois a cidade preexiste à industrialização.

Segundo Lefebvre (2008) existe historicamente um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial, onde este processo dialético, longe de estar elucidado e terminado, provocou situações problemáticas. Houve um intenso crescimento populacional impulsionado pelo processo migratório, e o número de pessoas que passou a viver nas cidades foi sendo cada vez mais expressivo, ocasionando a transformação do espaço citadino, como ressaltam Silva e Macêdo (2009) ao afirmar que as cidades cresceram em virtude do aumento populacional, como consequência da migração de trabalhadores rurais para as áreas urbanas em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse processo migratório não pode ser visto apenas como responsável pelo aumento populacional, mas também como responsável pela mudança do papel e da estrutura das cidades.

De acordo com Sposito (1989, p. 22), “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”. Portanto, a urbanização gerou um impacto não apenas na estrutura das cidades, mas também nos costumes e modos de vida da sociedade. Silva e Macêdo (2009) afirmam que uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização.

De acordo com Mesquita (2009), dialeticamente, a cidade gera as imagens que orientam o seu contínuo processo de construção. Para Mesquita (2009) da cidade nascem as instituições e tradições que constroem e definem os espaços, que por sua vez, impregnam de significados as imagens, e estas representações visuais assumem um estatuto de bula, no sentido de orientar a construção da cidade idealizada.

No caso de Manaus, o autor afirma que a ideia de cidade foi guiada pelo ideário da modernização capitalista. Onde pode-se mencionar três acontecimentos que são primordiais para o entendimento da ocupação e expansão da cidade de Manaus. O primeiro deles, que marca a origem da cidade, foi a criação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1856, que impulsionou o seu povoamento inicial. Logo após, segundo Dias (2007) iniciou-se o ciclo da borracha, por volta de 1890 quando a cidade sofre o primeiro grande surto de urbanização.

Com o início do ciclo da borracha, Manaus adquire uma nova face, sofre mudanças tanto na sua aparência quanto no seu número populacional. Dias (2007) informa que se em 1852 a cidade de Manaus contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento. Nesse período chegavam pessoas de diversas nacionalidades e os administradores públicos criavam cada vez mais propagandas para atrair atenção, e com a chegada dos imigrantes, expandiam-se cada vez mais as atividades comerciais (DIAS, 2007; MESQUITA, 2009). Fato este que impulsionou os administradores locais da época a adequarem a cidade a uma perspectiva de modernização.

De acordo com Mesquita (2009), os problemas de infraestrutura ganharam importância no projeto de reformulação da imagem da cidade não somente por sua necessidade, mas, sobretudo, porque a sua solução se constituiria, convenientemente, num atrativo para o lugar. Dias (2007) e Mesquita (2009) concordam que foi feito um projeto para atrair investidores para a cidade, projetando uma imagem de cidade moderna e limpa com medidas de embelezamento e iniciativas para afastar do centro os menos favorecidos.

Conforme Mesquita (2009) esse conjunto de intervenções urbanas e arquitetônicas constituíram *La Belle Vitrine*, ou simplesmente a bela vitrine, a cidade de imagem embelezada e cujas inovações muitas vezes não passavam de artifícios para atrair o interesse econômico para o espaço amazônico. Dias (2007) corrobora com essa visão e acrescenta que a cidade com uma nova aparência, feita aos moldes das sociedades europeias, não era privilégio de todos, apenas a classe mais alta desfrutava da cidade moderna. Para esta autora houve uma divisão da cidade e os menos favorecidos foram afastados do centro e excluídos da modernização, uma vez que, estes não tinham acesso nem mesmo aos serviços básicos. Agravou-se a miséria e a desigualdade socioeconômica, surgiram as regulamentações e proibições no tocante à construção de habitações e foram criados os confinamentos como asilos, hospitais e albergues para os excluídos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De acordo com Harvey (2006), pode-se dizer que a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos.

Manaus foi criada para atender apenas a classe que vinha para realizar negócios e devido a isso, o segmento pobre foi afastado da área central da cidade, visto que, essa área era tida como lugar de negócios. Assim, as pessoas de baixa renda ficaram proibidas de permanecer no local de moradia anterior, que era mais próximo dos locais de lazer, de trabalho e das áreas de abastecimento, como menciona Dias (2007), e quem desobedecesse sofria punições. Segundo a mesma autora, nesse contexto começam a surgir os cortiços, construções sem nenhuma estrutura, sem condições de higiene, iluminação precária e alugados a altos preços para quem quisesse permanecer morando na área central. Manaus, assim como outras cidades brasileiras passou a vivenciar

a falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiura eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. [...]. Esta desordem não pôde perdurar por muito tempo, porque começou a incomodar até mesmo os mais ricos. As áreas residenciais ricas afastaram-se do centro à procura de áreas mais limpas, e as famílias de maior poder aquisitivo passaram a construir suas casas distanciadas da linha da rua (SPOSITO, 1989, p. 58-59).

Porém, Mesquita (2009) explicita que o apogeu da borracha foi passageiro e se deu início à decadência da economia da borracha. Manaus, como explica o autor, havia sofrido um grande fluxo migratório das áreas de extração e os envolvidos não tinham condições financeiras de voltar aos seus locais de origem, o que fez aumentar os problemas habitacionais, pois foi aumentando o número de moradias precárias, construídas especialmente no curso dos igarapés.

Após esse ciclo, de acordo com Garrido (2011) surge a Zona Franca de Manaus – ZFM, com o objetivo de atrair investimentos externos e promover o desenvolvimento regional, período em que a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico de pessoas que vinham do interior do Estado, do Nordeste e outras regiões do país. A mesma autora informa que a cidade ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial, onde até hoje se concentram inúmeras fábricas.

A cidade de Manaus, conforme Garrido (2011), teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de mais de 300 mil para aproximadamente 2 milhões de habitantes. Oliveira e Costa (2003, p. 06) citam que em 1970, a cidade de Manaus concentrava 32,7% da população do Estado, uma década depois, este número aumentou para 44,3% e em 2000, passou para 49,9%. A propósito, da implantação da ZFM, pode-se afirmar que:

Os primeiros anos da implantação da ZFM foram de grande proveito para os setores comercial e industrial, o setor agropecuário, o turismo de compras cresceu, principalmente, entre os turistas nacionais. Desta forma, surgiram grandes supermercados, novas lojas, bancos comerciais e de investimentos, universidades públicas e particulares, o setor de serviços foi o que mais cresceu com as crises nacionais e internacionais, além do número de desempregados. Neste ínterim, já se evidenciava em Manaus, novas infraestruturas, equipamentos urbanos, e Manaus como uma cidade de

consumo, e a favelização, a violência e a falta de recursos para investir na saúde, educação e moradia, se consumavam. (GARRIDO, 2011, p. 10).

Segundo Garrido (2011) a ausência de planejamento urbano, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas ambientais, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias.

Para ter uma moradia descente é necessário pagar por ela, o que se torna uma dificuldade para muitos indivíduos. É diante desse contexto que se percebe o desafio imposto ao poder público no que se refere às correções das desigualdades sociais, pois como diz Garrido (2011) o crescimento não conduz automaticamente à justiça social, sendo contraditório à cidadania no momento em que se percebe um número crescente de pessoas habitando áreas urbanas vivenciando problemas sócios ambientais, como por exemplo, a falta de saneamento, poluições atmosféricas, sonoras e das águas, o que torna o território a maior causa de desigualdade entre os homens, pois os que moram no entorno de igarapés são discriminados e não considerados cidadãos.

No que tange a cidade de Manaus, as moradias (fig. 1) irregulares são construídas no período de seca dos igarapés, quando essas áreas parecem mostrar segurança e passam a abrigar – em palafitas sem condições físicas e higiênicas adequadas - um número expressivo de famílias. Os igarapés que sempre foram considerados sem valor imobiliário, passaram a ser densamente ocupados e o Estado historicamente fechou os olhos a essa ocupação desordenada, que com o passar do tempo se tornou um dos principais problemas urbanos da cidade.



**Figura 1:** Moradias no entorno do igarapé em Manaus. Fonte: <https://www.acritica.com>

Bentes (2005) apud Garrido (2011), por sua vez, salienta que a ocupação das áreas dos igarapés passou a constituir-se não só um estilo de vida, mas sobretudo a única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade, ocupando também terrenos públicos e particulares e transformando essas áreas em

espaços de reprodução social à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana. Edificando áreas de visibilidade da pobreza.

Indubitavelmente, a ocupação desordenada dos igarapés aliada ao crescimento desordenado da cidade de Manaus nos últimos anos provocou mudanças na paisagem urbana. Surgiram novos bairros, novas favelas e novas ocupações configurando, assim, uma cidade desigualmente desenvolvida e conseqüentemente com graves problemas socioeconômicos.

Nos anos 2000, o Governo estadual criou o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que na sua implementação previa a remoção dos moradores dessas áreas e seu reassentamento em áreas periféricas e/ou apartamentos construídos em solo criado nos entornos dos igarapés, que seriam revitalizados.

### **O PROSAMIM e a sua contribuição para Manaus**

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) foi apresentado pelo governo estadual tendo por objetivo contribuir para resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais, que afetam a cidade de Manaus, e em particular os moradores da Bacia Educandos-Quarenta (PROSAMIM I e II) e São Raimundo (PROSAMIM III). Os recursos para esse programa são de aproximadamente 900 milhões de dólares (empréstimo do BID e recursos próprios). As obras iniciaram em 2005 e nas fases I e II, 6.313 famílias foram removidas dos igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e Cachoeirinha. Destas, 1.986 famílias foram reassentadas no Conjunto João Paulo II, zona norte da cidade, e 969 famílias nos Parques Residenciais do Programa. Na justificativa da proposta, lê-se:

O PROSAMIM pretende atuar nos âmbitos ambiental, urbanístico e social, apresentando como objetivo geral, contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das microbacias dos igarapés Educandos/Quarenta e São Raimundo, proporcionando melhores condições de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, no entorno urbano e conseqüentemente na cidade de Manaus (EIA, PROSAMIM, 2011, p. 24).

Os objetivos específicos incluem a elaboração e execução de projetos que envolvem a *área de engenharia* (construção de habitação, saneamento básico, reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, etc.); a *área social* (estudos socioeconômicos, participação comunitária, inserção em programas de geração de renda); a *área da comunicação* (fortalecimento institucional, educação sanitária e ambiental); e a *área jurídica* (regularização da posse do solo).

Eixos esses e componentes que não tiveram a mesma importância na implantação do programa. A primazia foi dada às questões de urbanização, e não casualmente inicia-se no contexto do centro da cidade, pois como foi justificado, no escopo da proposta, essas habitações geram “externalidades negativas para a área central da cidade”, e podemos acrescentar, além de desvalorizar os imóveis ali localizados e de ocupar uma área privilegiada em termos de serviços e equipamentos de consumo coletivo.

O programa PROSAMIM foi responsável pela construção de mais de 5 (cinco) Parques Residenciais, em solos criados<sup>2</sup>, a saber: Parque Residencial Professor Senador Jefferson Péres, Parque Residencial Igarapé da Cachoeirinha na área do PROSAMIM II, Parque Residencial Mestre Chico, Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho e Parque Residencial Manaus (Fig. 2), sendo este último, lócus da pesquisa. Além desses foram construídos também o Parque Residencial Igarapé Liberdade e o Parque Residencial Igarapé do Cajual.



**Figura 2:** Parque Residencial Manaus. Fonte: <https://www.acritica.com>

É inegável que o carro chefe desse programa foi constituído pelas diversas obras de urbanização, materializadas nas novas vias e parques urbanos, nas pistas de caminhada, nas quadras poliesportivas, dentre outras. Obras que contribuem para a legitimidade e aprovação dessa intervenção estatal; particularmente por parte dos moradores do entorno da área de intervenção, que passaram a usufruir dessa nova espacialidade que tem feito a “promoção interna da cidade”.

As ações estatais têm contribuído ainda para o desenvolvimento de um “patriotismo cívico” que desperta o “sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da cidade. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico quanto os dirigidos a melhorar a qualidade dos serviços públicos e o bem-estar da população”. (CASTELLS & BORJA, 1996, p.61).

O PROSAMIM desperta questionamentos à propósito de quem foram de fato os maiores beneficiários deste programa que deixou à cidade de Manaus, na sua primeira etapa: 7,7 mil metros de ruas asfaltadas, 18 Km de novas vias implantadas e interligadas com as vias existentes, 10 hectares (tamanho de 10 campos de futebol) de parques ecológicos com a possibilidade de receber até 11,5 mil pessoas por dia, a ponte Benjamim Constant (fig. 3), (de tecnologia inglesa) com um sistema de iluminação que virou um atrativo turístico local, dentre outros. Contudo, é preocupante a continuidade desse programa – PROSAMIM III – em novas áreas da cidade, sem

---

<sup>2</sup>O “solo criado” é resultado do aterramento parcial e da canalização dos igarapés. No processo de aterramento o lixo presente no leito dos igarapés não foi totalmente retirado, sofreu um processo de compactação, seguido de deposição de concreto para a construção das unidades habitacionais.

que os resultados e impactos do ponto de vista das famílias atingidas pelas fases anteriores do programa tenham sido seriamente avaliados.



**Figura 3:** Ponte Benjamin Constant antes e depois das obras do PROSAMIM Fonte:  
<https://www.google.com>

### **Transição do ambiente de moradia e a saúde dos moradores do Parque Residencial Manaus**

Ao longo dos anos a sociedade brasileira passou por inúmeras mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que produziram alterações significativas para a vida em sociedade. Segundo Saraiva (2006, p.06) a política de saúde pode espelhar um pouco dessas mudanças, pois o processo de transformação da sociedade é também o processo de transformação da saúde e dos problemas sanitários. Nas últimas décadas,

(...) a análise do processo saúde-adoecimento evidenciou que a saúde é resultado dos modos de organização da produção, do trabalho e da sociedade em determinado contexto histórico e o aparato biomédico não consegue modificar os condicionantes nem determinantes mais amplos desse processo, operando um modelo de atenção e cuidado marcado, na maior parte das vezes, pela centralidade dos sintomas. (SARAIVA, 2006, p. 06).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde apresenta-se como um completo bem-estar físico, social e mental e conseqüentemente, não significa apenas ausência de doenças. Há, assim, uma evolução desse conceito, visto que, o mesmo em sua visão mais ampliada é o resultado das condições de alimentação,

moradia, educação, meio ambiente, trabalho e renda, transporte, lazer, liberdade e, principalmente, acesso aos serviços de saúde, conforme preconiza a 8<sup>o</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada no Brasil, em 1986. Assim, pode-se dizer que a saúde está diretamente relacionada ao modo como as pessoas vivem. E a habitação é, por sua vez, um dos espaços privilegiados para a promoção de saúde.

Antes de serem alocados no Parque Residencial Manaus, Segundo Lemos (2010, p. 34) os habitantes residiam em área de igarapé e antes das intervenções a área hoje denominada Parque Residencial Manaus era chamada de “Buraco do Pinto”, por se caracterizar pela grande quantidade de lama depositada sob as residenciais construídas. Informa este autor que:

Eram moradias sem infraestrutura, com forte odor de dejetos emitidos por esgotos a céu aberto. As vias de acesso se davam por rústicas passarelas de madeiras construídas pelos próprios moradores para circularem aos vários pontos da localidade a pé, uma vez que não era possível o acesso de veículos. (LEMOS, 2010, p. 34)

Nos períodos de enchentes da cidade ocorrem alagações que invadem residências e propiciam a infestação de insetos e outros animais como ratos, cobras e jacarés. Com os leitos dos igarapés ocupados, as águas invadem as palafitas e criam condições favoráveis para a proliferação de doenças de veiculação hídrica (GUILHON, 2011). Fato este que pode se confirmar com a fala de moradores entrevistados na pesquisa que moravam em área de igarapé e por vezes acabavam sendo vítimas das alagações, como posto abaixo:

No período de alagação (...) mana, era horrível. Porque você via aquele poço de água fedorenta, aquela água fedida e você via os ratos (...) [eu] tinha medo, todo dia eu tinha que escaldar minhas vasilhas, eu tinha que lavar e depois de escaldar eu jogava álcool, porque eu tinha medo. (ENTREVISTADO Nº 12, 2015).

(...) tinha problema ali, principalmente em termo de... tudo. As alagações que tinha, os odores por causa do igarapé... Ratos. (...) Mana, era horrível, tu não sabia [sic] o que era rua e o que era igarapé. (...) Às vezes, era de madrugada, quando você pensava que não, começava a chover e você não dormia. Olhava assim e a água já tava [sic] no assoalho, aí era acorda menino, tira menino. E enquanto tava [sic] tirando menino as coisas tão molhando, eu perdi sofá, perdi colchão, tá entendendo? Mas graças a Deus, com a gente não aconteceu nada. (ENTREVISTADO Nº 13, 2015).

É importante lembrar que além da necessidade de uma adequada infraestrutura de serviços de saúde, as condições econômicas e a salubridade ambiental (fig. 4) são de suma importância para que a população tenha um bom nível geral de saúde. Em outros termos:

As condições socioambientais e culturais da população que tem por hábito depositar lixo e entulho nos igarapés, aliadas à falta de saneamento encontradas na área, são fatores que contribuem para a proliferação de vetores e propiciam condições para a proliferação de doenças de veiculação hídrica e transmitidas por insetos e outros animais indesejáveis. As enchentes dos rios e os altos índices de precipitação pluviométrica também se

constituem fatores que contribuem para o agravamento do quadro. O meio



aquático pode ser visto como ecossistema que propicia o surgimento de doenças causadas por parasitas para as populações das comunidades que ali se desenvolvem. (RIMA, 2004, p. 54).

**Figura 4:** Igarapé Manaus antes das obras do PROSAMIM. Fonte: [www.prosamim.am.gov](http://www.prosamim.am.gov)

Segundo o RIMA (2004), as principais doenças que atingem os moradores de área de igarapé são as de veiculação hídrica. Dados da assessoria de comunicação do Prosamim (2013), informam que as obras do Prosamim ajudaram a reduzir casos de dengue, diarreia e hepatite em cerca de 15 bairros da zona Sul de Manaus, onde, de 2006 a 2012 os casos de dengue reduziram de 19 para 3 ocorrências; os de diarreia caíram de 57 para 39; e de 2009 a 2012 verificou-se, junto às secretarias estadual e municipal de saúde, que os casos de hepatite reduziram de 12 para zero.

ANO	DOENÇAS		
	DENGUE	HEPATITE	DIARREIA
2006	9	12	57
2012	3	0	39

Tabela 1: Incidência de doenças na área de intervenção do PROSAMIM antes e depois das obras. Fonte: [www.prosamim.am.gov](http://www.prosamim.am.gov)

Na pesquisa identificamos que na área do PROSAMIM I e II a população tem disponível, no entorno do parque, diversas unidades de atendimento em saúde de baixa, média e alta complexidade, sendo esta, uma das áreas que apresenta maior concentração espacial de Serviços de Saúde. O Ministério da Saúde (2004) diz que os serviços assistenciais do SUS organizam-se em ações da Atenção Básica e em ações da Média e Alta Complexidade, que envolvem a assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades. Nas unidades de saúde e baixa e média

complexidade, além da medicação curativa são desenvolvidos programas de medicina preventiva e campanhas de educação sanitária para a população (RIMA, 2004). Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), o Parque Residencial Manaus conta com sete unidades de saúde de atenção primária no seu entorno, ou seja, sete Unidades Básicas de Saúde (UBS's), sendo elas, a UBS **S 10**, UBS **S 11**, UBS **S 12**, UBS **S 32**, UBS Dr. Waldir Bugalho de Medeiros e UBS Vicente Palloti. Dados da Secretaria Estadual de Saúde - SUSAM informam que próximo ao Parque Residencial Manaus os moradores contam também com unidades de saúde de média e alta complexidade, sendo elas os SPA's (Serviço de Pronto Atendimento) da Zona Sul e do São Raimundo; Policlínicas Gilberto Mestrinho e Cardoso Fontes; CAIC (Centro de Atenção Integral à criança) Crisólita Torres; CAIMI (Centro de atenção integral à melhor idade) Paulo Lima; Maternidade Estadual Balbina Mestrinho; Hospital infantil Dr. Farjado; e Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto. Os moradores do Parque Residencial dispõem de várias unidades de saúde no entorno do parque. Unidades estas no entorno do parque, as quais, os moradores já têm uma relação e relatam que mesmo que fossem alocados em lugares mais distantes continuariam a fazer uso delas. Vejamos abaixo o que os moradores relatam acerca das unidades de saúde:

Saúde? Bem, aqui tem uma casinha desse lado bem ali. Ali depois da esquina ali em cima também tem, é cheio de hospital aqui, menina. (ENTREVISTADO Nº 14, 2015).

Inaugurou uma UBS aqui na Tarumã, você vai ali direto aqui no final da rua, você subiu a escada, você dá de frente com uma UBS ali, então não é problema não. Tem SAMU, o SAMU é bem aqui. (ENTREVISTADO Nº 15, 2015).

Sem dúvida, houve consideráveis mudanças na vida dessas pessoas quanto ao local de moradia. Hoje eles moram no Parque Residencial Manaus e não mais no “buraco do pinto”, um nome dado em referência à grande quantidade de lama que existia em baixo da casa no ciclo da seca. Contudo, apesar de dispor de unidades de saúde próximas, existe uma enorme precarização da saúde pública, que não é igual para todos, e os usuários sofrem com tal fato, como cita o Entrevistado nº 15 (2015): “a única coisa que tá faltando é médico, que aqui não tem, tem casinha da saúde, tem ali a mais linda de bonita, mas não tem médico. A gente precisa de médico, não tem”. O Estado proporcionou uma moradia mais digna às pessoas que viviam em área de igarapé, porém, não criou serviços públicos essenciais para atender as necessidades básicas desses moradores. Vale ressaltar que oferecer melhores condições de vida não é apenas retirar as pessoas do local em que moravam e reassentá-las em outro ambiente, é preciso oferecer o mínimo de estrutura, ou seja, atender as principais necessidades básicas, tal como o acesso à saúde, pois a saúde deve ser apreendida, como sinaliza Saraiva (2006, p. 06), como uma esfera da vida de homens e mulheres em toda sua diversidade e singularidade (...) o processo de transformação da sociedade é também o processo de transformação da saúde e dos problemas sanitários.

Os moradores do Parque Residencial Manaus dispõem de unidades de saúde próximas porque foram alocados em apartamentos em área central da cidade, mas,

se tivessem ido para áreas periféricas, não teriam acesso aos serviços básicos, como explica um dos moradores:

Nada disso aconteceu, nada disso na prática realmente aconteceu. A gente recebe uma assistência que já existia né? Tem escola, tem transporte, tem hospital, tem segurança porque a gente mora no centro, não tem como escapar disso aí. Então a gente esperava eu viesse uma segurança melhor, que evitasse mais os problemas sociais que tivesse assim realmente um apoio melhor pra dá condições, uma creche, olha um posto policial, um posto de saúde que a gente tinha, hoje num tem. Na prática a gente ainda não conquistou ainda esses benefícios públicos, nós tamos [sic] usando uma coisa que já existia. Se a gente estivessem morando em um outro conjunto como por exemplo o João Paulo, os moradores estariam totalmente desamparados quando à serviços públicos. É, desamparados porque lá tem uma assistência muito pouca. (ENTREVISTADO Nº 14, 2015).

Ao se referirem a estar “perto de tudo” os entrevistados fazem referência às facilidade e acesso aos serviços públicos como disponibilidade de transportes coletivos, escolas, postos de saúde, serviços bancários, correios entre outros. Passam a ter visibilidade enquanto cidadão que pode usufruir de serviços e equipamentos públicos. Assim, a localização da moradia é um fator importantíssimo para o acesso à cidadania, uma vez que,

mesmo diante de constantes infortúnios como doenças, desemprego e moradia precária e insegura, morar no centro ainda é melhor. Pois, assim, eles teriam maiores chances de resolver e suprir suas necessidades mais prementes. Seria uma forma de não se sentir mais inseguro como cidadão, visto que o papel do Estado não vem sendo cumprido, uma vez que, este não cria condições de maiores igualdades sociais entre as populações dos diversos segmentos sociais. (LEMOS, 2010, p. 59).

A realidade mostra que a proposta do PROSAMIM serviu como justificativa para receber vultuosos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O discurso veiculado pelo governo estadual é que com a implementação desse programa haveria a promoção do direito à habitação, à saúde, ao saneamento básico, a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma cidade sustentável.

## CONCLUSÃO

Ao refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Manaus podemos localizar um traço em comum que perpassa a forma como a capital do estado Amazonas foi sendo forjada: intervenções públicas que privilegiaram interesses contrários aos interesses da população que ocupava o centro da cidade e as áreas do entorno dos igarapés.

Conforme o processo de urbanização avançava foram sendo feitos aterros nas áreas dos igarapés para a abertura de novas vias, facilitação da circulação de pessoas e embelezamento da cidade. Os moradores dessas áreas, conseqüentemente, eram expulsos para espaços sem ruas ou pontes e com a destruição de suas residências novas utilizações eram dadas a esses espaços. Chega-se ao século XXI, com uma grande proposta de intervenção nos igarapés: o Programa Social e Ambiental dos

Igarapés de Manaus – PROSAMIM, que dá sequência a esse tipo de intervenção. Como resultado desta pesquisa conheceu-se as condições de saúde dos moradores do Parque Residencial Manaus. Indubitavelmente, as famílias que foram reassentadas no Parque Residencial passaram a usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés. Houve uma melhora significativa nas condições de saúde. E a mudança não trouxe prejuízo ao acesso aos demais serviços públicos, como à saúde. Contudo, os moradores fazem uso de algo que já existia, e estão tendo acesso aos serviços básicos por estarem morando em área central da cidade, caso tivesse sido alocados em regiões da cidade desprovidas de serviços públicos, não teriam esse acesso garantido. Pode-se afirmar que a preocupação do Estado com criação do PROSAMIM é urbanística, e que de fato as áreas de intervenção e do entorno do programa foram valorizadas em termos imobiliários.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Edinea Mascarenhas. Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto. Manaus: Valer, 1998.

GARRIDO, Ana Lúcia. A cidade de Manaus e o projeto PROSAMIM. In: O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus, 2011. Disponível em: << [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18120/18120\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18120/18120_3.PDF)>> Acesso em: dezembro de 2014.

GOLDENBERG, MIRIAN. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2006.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro Editora, 2008.

LEMOS, Janeth de Araújo. Vivendo a transição de ambiente de moradia: Um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus–Prosamim. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências do ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, PPG-CASA/CCA/UFAM. Manaus-AM, 2010. Disponível em: << <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2010/Janeth%20de%20Araujo.pdf>>> Acesso em Janeiro de 2015.

MARQUES, Eduardo Cesar; TORRES, Haroldo da Gama. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

MESQUITA, Otoni Moreira de. La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900. Manaus: FAPEAM, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira da. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 11, p. 29, 2003. Disponível em: << <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>>> Acesso em Janeiro de 2015.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica – EIS. Manaus/AM, julho de 2004.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Manaus/AM, janeiro de 2015 (pp.140).

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/rima-prosamim3.pdf>>> acesso em: janeiro de 2015.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. Direito à Moradia na cidade de Manaus. Revista Ser Social, n. 8. Brasília: UNB, 2008.

SARAIVA, Felipe. Ministério da Saúde – Política Nacional de Promoção da Saúde – Portaria nº 687, de 30 de março de 2006.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. A urbanização mundial, 2009. Disponível em: << [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo\\_Urb\\_A04\\_WEB\\_IBPPZ\\_SF\\_SI\\_SE\\_171209.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A04_WEB_IBPPZ_SF_SI_SE_171209.pdf)>> acesso em: janeiro de 2015.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros. **Nova classe média ou nova classe trabalhadora**, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. Disponível em: << <http://groups.google.com.br/group/digitalsouce.>>> Acesso em: Dezembro de 2015.

**Recebido em 01/11/2017**  
**Aceito em 04/04/2018**